


ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE RIBA DE AVE

Ata número dois


José Pereira
Leo. Oliveira

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas, reuniu, no salão nobre da Junta de Freguesia de Riba de Ave, a Assembleia Ordinária da Freguesia de Riba de Ave. Na hora marcada estava constituída a Mesa composta pela Presidente, Conceição Gabriela Cardoso Faria, pelo Primeiro-Secretário, José Miguel dos Santos Pereira, e pela Segunda-Secretária, Marcelina Gonçalves Martins. Estavam presentes todos os membros da Assembleia de Freguesia convocados: Adriana Frutuoso da Cunha, António Martinho Ribeiro Fernandes, Susana Maria da Costa Pereira, José Joaquim Brandão de Castro Ferreira, Patrícia Filipa Machado da Silva Ferreira e o membro eleito Marco Joaquim Silva Sousa, bem como os três vogais da Junta de Freguesia, Cláudia Isabel Nogueira Araújo, Presidente da Junta, Laetitia Lopes da Costa, Secretária, e Hélder Bruno Ferreira Lopes, Tesoureiro.

A sessão teve a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata da sessão de 16 de outubro de 2021 – Tomada de posse dos órgãos autárquicos;
2. Tomada de posse do membro eleito pela Coligação “Mais Ação, Mais Famalicão” ausente na sessão de 16 de outubro de 2021;
3. Discussão e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Riba de Ave para o mandato 2021/2025;
4. Discussão e Votação do Plano e Orçamento do ano de 2022;
5. Informações / Esclarecimentos da Presidente da Junta e Freguesia de Riba de Ave;
6. Outros assuntos relevantes.

Abertos os trabalhos, iniciou-se o período de intervenção do público com as inscrições para intervir de Armando Carvalho, Helena Mendes e Vânia Lopes.

Armando Carvalho questionou a Presidente de Junta sobre a sua posição acerca do encerramento das escolas e sobre a situação das paragens de autocarro, tendo, inclusive, falado de uma suposta amizade da Presidente de Junta com o Sr. Primeiro Ministro, tendo sido advertido pela Presidente de Mesa para não fazer



considerações que nada relevariam para a Assembleia e para colocar uma questão concreta, tendo sido alertado sobre o tempo de que dispunha para intervir. A Presidente de Junta esclareceu que era contra o encerramento das escolas e que o facto de representar o Partido Socialista não impede que tenha divergências em relação a decisões tomadas pelo Governo.

Helena Mendes pediu esclarecimentos à Presidente de Junta acerca de uma possível parceria entre a Junta de Freguesia e a APAJIEARA Riba de Ave, à semelhança do que acontecia com o anterior executivo. A Presidente de Junta esclareceu que pretende continuar a apoiar a associação de pais e que pretende que exista uma parceria entre as duas entidades, mas que de momento a Junta não dispõe de verbas para ajudar a associação em termos financeiros. A Presidente de Junta acrescentou que espera receber fundos por parte da Câmara Municipal até ao final do ano, altura em que poderá pensar num valor a atribuir à associação. A Presidente de Junta acrescentou que terá enviado um convite para a associação, para estarem presentes na festa de Halloween e que não tinha recebido qualquer tipo de resposta. Helena Mendes disse que não recebeu o email com o convite.

Vânia Lopes questionou o executivo acerca do contrato efetuado com a paróquia aquando da instalação da nova cobertura do salão paroquial e acerca da situação do Teatro Narciso Ferreira, das estradas que precisariam de intervenção e do cemitério. Em resposta, Hélder Lopes leu parte de um estudo sobre o cemitério que referia que o muro do cemitério deve ser intervencionado. Afirmou que é uma preocupação do executivo, que a Junta não dispõe dos meios necessários para resolver o problema, mas que já se encontra em conversações com a Câmara Municipal, que autorizou que fosse pedido um orçamento para a obra. Em relação às estradas, Hélder Lopes disse que as ruas vão naturalmente ser intervencionadas sempre que haja essa necessidade e que as ruas com intervenção mais urgente seriam referidas pela Presidente de Junta mais adiante na assembleia. Relativamente ao teatro, a Presidente de Junta referiu que tinha questionado o Dr. Álvaro, da Casa das Artes, responsável pela programação do Teatro Narciso Ferreira, sobre a situação do mesmo e se seria possível lá realizar alguma atividade na altura do Natal. Hélder Lopes leu o email de resposta do Dr. Álvaro que afirmou ainda não estarem reunidas as condições para a realização de eventos no Teatro Narciso Ferreira. Em relação



ao contrato com a paróquia, a Presidente de Junta referiu que não tinha, no momento, informações, garantindo que faria todos os esclarecimentos necessários na próxima Assembleia de Freguesia.

José Pereira

Após estas intervenções dos membros do público inscritos para o efeito, Amaro Araújo questionou a Mesa se havia indicação de que o mesmo se tinha inscrito para intervir. A Mesa esclareceu que não e decidiu aceitar mais inscrições, tendo a Presidente da Mesa salientado que se tratava de uma exceção e pediu para que nas próximas Assembleias todos aqueles que desejassem intervir efetuassem inscrição prévia, tal como referido na convocatória da Assembleia de Freguesia.

Inscreveram-se, então, para intervir: Amaro Araújo, Rui Santos e Vítor Matos.

Amaro Araújo parabenizou a vitória da atual Junta nas eleições e fez menção aos resultados eleitorais e aos votos em cada uma das listas apresentadas. A Presidente da Mesa interrompeu referindo que o conteúdo da intervenção não tinha qualquer utilidade para a Assembleia de Freguesia e questionou Amaro Araújo se tinha alguma questão concreta a colocar. Amaro Araújo respondeu que não, deu a sua intervenção por terminada e a Assembleia de Freguesia prosseguiu.

Rui Santos interpelou diretamente a Mesa da Assembleia e referiu que o regimento não contempla inscrições prévias para a intervenção do público. Mais referiu que, segundo a lei, qualquer membro que ainda não tenha tomado posse o deverá fazer no primeiro momento que tal seja possível a seguir à tomada de posse, e que, como tal, um dos membros da coligação Mais Ação, Mais Famalicão que não esteve presente na tomada de posse deveria ter tomado posse, como membro de pleno direito, no início da Assembleia. Referiu, ainda, que não consta do regimento que exista qualquer limite temporal para a intervenção do público. A Presidente de Mesa esclareceu que o Regimento estipula a inscrição prévia do público e o tempo de intervenção e leu o artigo do Regimento correspondente. Mais referiu que, tal como consta da lei e do Regimento, qualquer lacuna será decidida pela Mesa da Assembleia.

Findos estes esclarecimentos da Mesa, Rui Santos referiu que nas comemorações do aniversário de elevação de Riba de Ave a Vila a Presidente de Junta disse que uma das prioridades do executivo seria repavimentar as ruas que estivessem em terra e, como tal, questionou quais são essas ruas e quais são as ruas que carecem

de iluminação pública. Questionou, ainda, a possibilidade de utilização do cemitério.

José Pereira e José
A Presidente de Junta referiu que uma das ruas em terra é a da sua casa, pelo que conhecia muito bem os constrangimentos da situação. Referiu que outra das ruas em terra é a Calçada da Liberdade e que o Rui Santos fazendo parte da Junta tantos anos, deveria saber as ruas em questão. Em relação ao cemitério, Laetitia da Costa referiu que, como a decisão ainda não transitou em julgado, o cemitério se encontra na mesma situação de há 3 ou 4 anos. Referiu que houve um recurso da decisão que veio a público e que, como tal, o cemitério se encontra na mesma, ou seja, não se pode enterrar ninguém nem realizar qualquer obra. Acrescenta que apenas em situação de extrema necessidade se poderá utilizar o cemitério.

Vítor Matos questionou acerca das paragens de autocarro danificadas, mais concretamente qual o procedimento que o executivo está a seguir e quando preveem que a situação esteja resolvida. Laetitia da Costa referiu que houve atrasos no procedimento relativo ao seguro do condutor que danificou a paragem da Rua 25 de Abril, atrasos esses que são alheios à Junta de Freguesia, esclarecendo que quando o executivo teve, finalmente, acesso ao seguro do condutor, participou o sinistro à respetiva seguradora juntamente com um orçamento para a requalificação da paragem. Relativamente à paragem de autocarro da Avenida Narciso Ferreira, também ela danificada por um condutor, Laetitia da Costa referiu que o sinistro era muito recente e que apenas no dia anterior tinham recebido as informações do seguro do condutor. Referiu, ainda, que o prazo que as seguradoras têm para assumir a responsabilidade do sinistro é de 30 dias úteis, pelo que as seguradoras de ambos os sinistros ainda se encontravam dentro do prazo previsto por lei.

Findas as intervenções, terminou o período de intervenção do público.

De seguida, a Presidente da Mesa informou que o grupo de membros da Coligação Mais Ação, Mais Famalicão tinha entregue à Mesa, para discussão e deliberação em Assembleia, quatro Votos de Louvor, sendo eles a Beatriz Fonseca, jovem atleta Ribadavense, à Associação Cultural Banda de Música de Riba de Ave, a Artur Duarte Machado da Silva, presidente cessante da Associação Cultural Banda de Música de Riba de Ave e a Paulo Alexandre Matos Cunha, presidente cessante da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e, como tal, a tomada de posse do membro



da coligação que não esteve presente na última sessão seria antecipada para que o mesmo pudesse votar os louvores.

João Pereira

De imediato, a Presidente da Mesa chamou o cidadão eleito Marco Joaquim Silva Sousa, titular do Cartão de Cidadão n.º 12176083, eleito pela Coligação Mais Ação, Mais Famalicão (PPD/PSD-CDS/PP). Verificada a sua identidade e legitimidade e feito o juramento da tomada de posse, tomou, de imediato, o seu lugar na Assembleia.

Após, a Mesa permitiu que a Coligação Mais Ação, Mais Famalicão lê-se os votos de louvor apresentados, o que Susana Pereira fez, iniciando pelo voto de louvor a Beatriz Fonseca, seguido do voto de louvor à Associação Cultural Banda de Música de Riba de Ave, do voto de louvor a Artur Duarte Machado da Silva e, por fim, a Paulo Alexandre Matos Cunha. Submetidos a votação, todos os votos de louvor apresentados foram aprovados por unanimidade.

De seguida, iniciaram-se os trabalhos da Ordem do Dia com a votação da Ata da Ata da sessão de 16 de outubro de 2021 – Tomada de posse dos órgãos autárquicos, primeiro ponto da ordem de trabalhos, que, submetida a votação, foi aprovada por maioria, com a abstenção do membro eleito pela Coligação Mais Ação, Mais Famalicão, Marco Sousa, ausente dessa sessão.

O segundo ponto da Ordem de Trabalhos já tinha sido cumprido, pelo que passou-se à Discussão e Votação do Regimento da Assembleia de Freguesia de Riba de Ave para o mandato 2021/2025, terceiro ponto da Ordem de Trabalhos. Neste ponto, Susana Pereira sugeriu algumas alterações, nomeadamente relativamente à sede da Assembleia, referindo que a Assembleia não tem sede, aos limites de tempo para as intervenções que considerou demasiado reduzidos e à antecedência mínima para o envio da documentação a todos os membros da Assembleia, considerando as 48h um período impensável. Perante tal, a Mesa decidiu que as alterações seriam analisadas e ponderadas, pelo que o regimento seria votado apenas na próxima assembleia.

Quanto ao quarto ponto da Ordem de Trabalhos, foi dada a palavra a Susana Pereira que referiu que o orçamento representava, em grande parte, o programa que a Coligação tinha apresentado e que era um reflexo fiel contabilístico daquilo que eram as suas propostas e, como tal, referiu que a Coligação votaria favoravelmente



as opções de plano e orçamento e o mapa de pessoal para o ano de 2022. A Presidente de Junta referiu que para além das obras necessárias previstas no orçamento e que também constavam no seu programa, está também a ser pensada uma requalificação da rotunda junto à Azoria devido à sinistralidade que tem vindo a aumentar no local. Submetido a votação, o Plano e Orçamento para o ano de 2022 foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, Hélder Lopes referiu que a antiga página de Facebook da Junta de Freguesia já não é propriedade da Junta de freguesia e criticou o anterior executivo por retirar ao atual executivo essa forma de comunicação com os Ribadavenses. Helder Lopes referiu que o email da Junta de Freguesia apenas guardava emails durante 14 dias e que de tal forma o atual executivo não teve acesso a qualquer email do mandato anterior até porque o computador teria sido limpo. Helder Lopes falou, ainda, da situação financeira da Junta de Freguesia, mencionando que, quando chegou à Junta, o saldo bancário na conta da Junta de Freguesia era de 1.780,97 €, 428 € em caixa, 150 € em caixa da funcionária Alexandra e 350 € para a caixa da funcionária Diana que, entretanto, saiu, tendo referido ter sido muito difícil chegar a uma Junta com 1780 € no banco, tendo tido um período posterior no qual estava em conta a quantia de 880 €. Referiu, ainda, que no dia anterior à tomada de posse, houve vários depósitos da Câmara Municipal num total de 103.722,00 € e que a conta da Junta, com outras verbas, terá atingido os 204.000,00 € e que dinheiro foi utilizado quase na totalidade. Referiu, também, duas dívidas que a junta herdou do executivo anterior: uma à DACOP, de 2015, no montante de 10.026,52 € referente ao Quelho das Pombinhas e outra à Pavimogege, de 2016, de 18.093,00 € referente a trabalhos no cemitério e que estranha a prioridade das obras. Referiu, ainda, uma dívida ao advogado de 2460,00 €.

Quanto às paragens de autocarro, Hélder Lopes referiu que as principais questões já foram esclarecidas e que o executivo está a trabalhar na situação com a maior celeridade possível. Quanto ao Teatro Narciso Ferreira, referiu que ainda não existe licenciamento para a utilização do espaço.

Patrícia Ferreira referiu que “a maldade está nos olhos de quem a vê” e que tem consciência daquilo que foi feito, tendo sido de má-fé a forma como a situação foi

João Pereira
de G. G. G. G.

José Pereira

apresentada. Referiu não ter ficado nenhuma conta por pagar e que todas as faturas apresentadas foram pagas até ao momento. Mais referiu que a questão do Quelho das Pombinhas já tinha sido discutida e devidamente explicada em assembleias anteriores.

José Joaquim Ferreira esclareceu alguns pontos relativos à situação financeira da Junta de Freguesia de Riba de Ave, mencionando as faturas da DACOP e da Pavimogege. Quanto ao Quelho das Pombinhas reiterou que o assunto foi discutido em diversas assembleias e que, de qualquer forma, é uma dívida que a sua Junta assumiu e que transferiu. No entanto, realçou que o anterior executivo deixou ainda valores para cobrar, nomeadamente 50 % de um jazigo, que são 11.500 €. Mais realçou, quanto ao cemitério, que o anterior executivo deixou para cobrança futura 40.000,00 €, mencionando, também, os jazigos subterrâneos que consubstanciam uma cobrança futura de mais 60.000,00 €, o que equivalerá a uma receita futura de cerca de 100.000,00 € em números redondos, concluindo que o cenário não foi tão mau como queriam passar e que estava disponível para qualquer dívida que possa surgir.

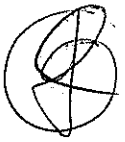
Hélder Lopes referiu que não mentiu em ponto nenhum e que o que disse foi apenas factual.

Patricia Ferreira esclarece que nunca disse que Helder Lopes tinha mentido, mas que tinha omitido. Referiu ser verdade existir uma dívida de cerca de 28.000 €, mas ser também verdade que existe uma receita superior a 60.000,00 € e que é verdade que não podem ser cobradas de momento, mas que tal não é culpa do anterior executivo.

Helder Lopes questionou também o “timing” e oportunidade das vendas dos jazigos pelo anterior executivo, exemplificando com o facto de terem sido vendidas campas a pessoas de 30 anos e, como tal, pessoas de 80 anos, sem disponibilidade financeira, não terão acesso às mesmas.

Patrícia Ferreira realçou que nas Assembleias anteriores foi mencionado e votado que seriam vendidos 1/3 dos jazigos, pelo que não foi vendida a totalidade.

Laetitia da Costa questionou o anterior executivo acerca de um alvará relativo a uma capela do cemitério que foi atribuído a uma Ribadavense que apenas efetuou metade do pagamento, sendo que a referida Ribadavense foi à Junta de Freguesia na



segunda-feira após a tomada de posse, ocorrida no sábado anterior, por indicação do anterior executivo, e questionou como poderá a Junta receber o restante dinheiro sendo que a Ribadavense já possui o alvará.

Susana Pereira pediu esclarecimentos ao executivo sobre o horário das reuniões do executivo, uma vez que as reuniões são públicas e que já teria ido à Junta várias vezes e não encontrou ninguém do executivo; sobre a situação dos correios, médias de atendimentos e espaço cidadão e se apenas está disponível por marcação; sobre a utilização da Junta de Freguesia por parte de outras instituições ou associações; sobre as reuniões CSIF: em que reuniões participaram e quais os assuntos mais importantes lá discutidos; saber se Riba de Ave vai continuar a ser representado na ANAFRE; saber quais as reuniões com a Câmara Municipal para a programação cultural; se foi abordada a questão da colónia de gatos com o canil municipal; qual o apoio logístico ao Halloween e quem organizou a festa; qual o objetivo da Vila Natal e quais os resultados; quantos Cabazes de Natal foram entregues; como foi efectuada a obra de requalificação da Rua do Rio Ave, cujo anterior executivo deixou um protocolo assinado; que acompanhamento está a ser feito na instalação de gás natural, nomeadamente na Rua da Lameira; qual o apoio que a Junta de Freguesia deu à Câmara Municipal para a instalação da iluminação de Natal e o que pretende o actual executivo fazer quanto ao cemitério e, por fim, quantos credores vieram à Junta de Freguesia e se os ordenados estavam pagos.

Helder Lopes referiu que foram dois credores, Dacop e Pavimogege e que os ordenados estavam pagos.

Laetitia da Costa referiu, quanto às colónias de gatos, que, segundo o que lhe tinham transmitido, Susana Pereira tinha conhecimento da existência de várias colónias de gatos e das sucessivas reproduções e foi acordado um protocolo com o canil municipal para identificar as colónias e esterilizar a maior parte das gatas e readaptá-las à natureza. Referiu ter sido falada a colocação de um habitat para esses animais, o que passaria pela existência de um local público para a sua colocação e por voluntários que limpem o espaço por uma questão de saúde pública. Mais referiu terem sido identificadas duas colónias, uma no Penedo e outra perto da Casa do José Resende.

Jose Pava
Pereira



Mais referiu que o Salão Nobre da Junta de Freguesia foi utilizado pela Qualific e que cada vez que o espaço é solicitado a Junta acede na sua utilização, sem entraves. Quanto à reunião com a CSIF, Laetitia Costa esclareceu que houve uma reunião, em Oliveira Santa Maria, na qual nenhum dos elementos do executivo conseguiu estar presente, sendo certo que já reuniu na Junta com a responsável que transmitiu o que terá ocorrido.

Sr. Pereira

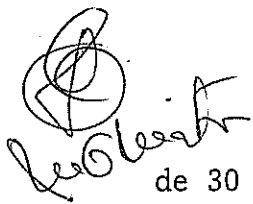
Quanto aos cabazes de Natal, Laetitia Costa esclareceu que houve 107 cabazes atribuídos pela Câmara de Famalicão e que a Junta disponibilizou um cabaz extra com artigos que entenderam essenciais, pois consideraram que os cabazes da Câmara Municipal tinham bens insuficientes.

Claúdia Araújo esclareceu, quanto à Vila Natal, que o objetivo era proporcionar um ambiente diferente aos Ribadavenses na época natalícia e, ao mesmo tempo, angariar brinquedos para as crianças mais desfavorecidas. Em relação ao “concurso” da carta mais criativa, o júri foi composto pela Dra. Teresa, da Biblioteca, da Vânia e da Sandra, sendo o presente entregue em breve.

Relativamente ao Halloween, esclareceu que a Junta de Freguesia pediu à Câmara Municipal para utilizar o espaço do antigo quartel dos bombeiros e que quem organizou a festa foram os Escuteiros, com o apoio da Junta, incluindo todos os gastos para a realização do evento.

Em relação à instalação de gás natural, referiu que a Junta de Freguesia esteve em contacto permanente com o Sr. Joaquim Machado e contactou, inclusive, alguns dos proprietários das casas.

Susana Pereira referiu estar muito receosa com a obra da Rua da Lameira, porque a colocação de gás foi feita em cima do saneamento. Referiu que o Sr. Joaquim Machado lhe ligou e que foi ver a obra e que está seriamente preocupada, porque colocaram tubos de gás em cima de tubos de saneamento e apertaram os paralelos e a terra. Mais referiu que a Rua da Lameira não tinha saneamento e que conseguiram fazer lá a obra. Referiu ter falado com o Sr., proprietário do terreno, e que tudo estava encaminhado, mas que, se houver um problema no saneamento, o dono do terreno onde os tubos passam tem todo o direito a ficar chateado e pediu que a Junta confirmasse o modo como a obra foi feita e que tenham atenção ao saneamento lá colocado. Terminou dizendo que são muitas casas e que moram mais



de 30 pessoas naquela rua, que não tem qualquer pagamento extra, porque conseguiram que tudo passasse no terreno do Sr.

Claúdia Araújo referiu não ter conhecimento dessa situação e que falará com o Sr. Joaquim Machado e esclareceu que as reuniões do executivo decorrem todas as sextas-feiras, pelas 17h30m, realçando que poderá tal horário poderá ser alterado.

Marco Sousa questionou Helder Lopes sobre a não passagem da página do Facebook e do servidor que terá sido limpo.

Helder Lopes referiu que a página era da Junta, independentemente de ser ou não paga, esclareceu que sabe que, legalmente, não sendo paga não era propriedade da Junta de Freguesia, mas que era a Junta que estava a utilizá-la e que moralmente era algo que não devia ser feito.

Marco Sousa questionou se pediu a passagem da página da Junta e se conversou com alguém sobre este assunto, ao qual Helder Lopes referiu que conversou com o Sr. Vitor Martins.

Marco Sousa questionou Helder Lopes se o "apagão" lhe terá feito confusão, ao qual este respondeu afirmativamente.

Marco Sousa questionou se Helder Lopes entende que quando a coligação há 20 anos chegou à Junta de Freguesia não existia internet, logo a Coligação nunca poderia saber se o anterior executivo levou alguma pasta com ele ou não, o qual Helder Lopes disse não concordar.

Laetitia Costa lembrou que Susana Pereira não tinha esclarecido a questão acerca de um alvará relativo a uma capela do cemitério que foi atribuído a uma Ribadavense que apenas efetuou metade do pagamento.

Susana Pereira esclareceu que este assunto já tinha sido discutido numa reunião que o anterior executivo teve com o actual executivo e com o contabilista e que o problema reside unicamente na sua boa-fé, porque entre o dia das eleições e a tomada de posse tentaram resolver todas as questões relacionadas com o cemitério. Mais referiu que esta senhora garantiu que tinha feito a transferência.

Claúdia Araújo referiu que, uma vez que o alvará já estava emitido, assinado e carimbado foi entregue pela D. Alexandra à Sra., pois não tinha qualquer indicação que não tivesse sido pago.

Susana Pereira referiu que a D. Alexandra deveria ter questionado a Presidente.


Claúdia Araújo referiu que achava, às 9h, que tinha sido feita uma transferência, ao qual Susana Pereira responde que também achava o mesmo e que o executivo está a tentar passar uma imagem que não corresponde à verdade, pois se fosse sua intenção tinha pegado no alvará e entregue à Sra. no sábado ou no domingo.

Patricia Ferreira disse que a Sra. tinha dado a palavra de honra de que faria a transferência e o que ficou assumido foi que só lhe seria entregue o Alvará com o comprovativo da transferência.

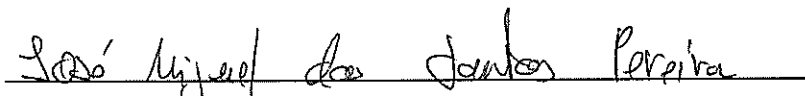
Claúdia Araújo referiu que não foi isso que foi transmitido pela Sra. que inclusive referiu que não pagou porque não tinha dinheiro.

Após, nada mais havendo a tratar, foi aprovada, por unanimidade, a minuta da Ata. A Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrada a Assembleia, da mesma foi lavrada Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente e pelo Primeiro Secretário e pela Segunda Secretária.

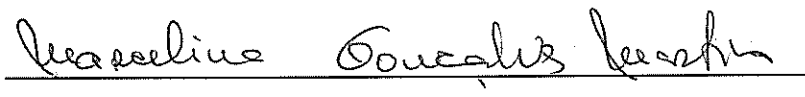
A Presidente da Assembleia de Freguesia,


(Conceição Gabriela Cardoso Faria)

O 1.º Secretário,


(José Miguel dos Santos Pereira)

O 2.º Secretário,


(Marcelina Gonçalves Martins)